
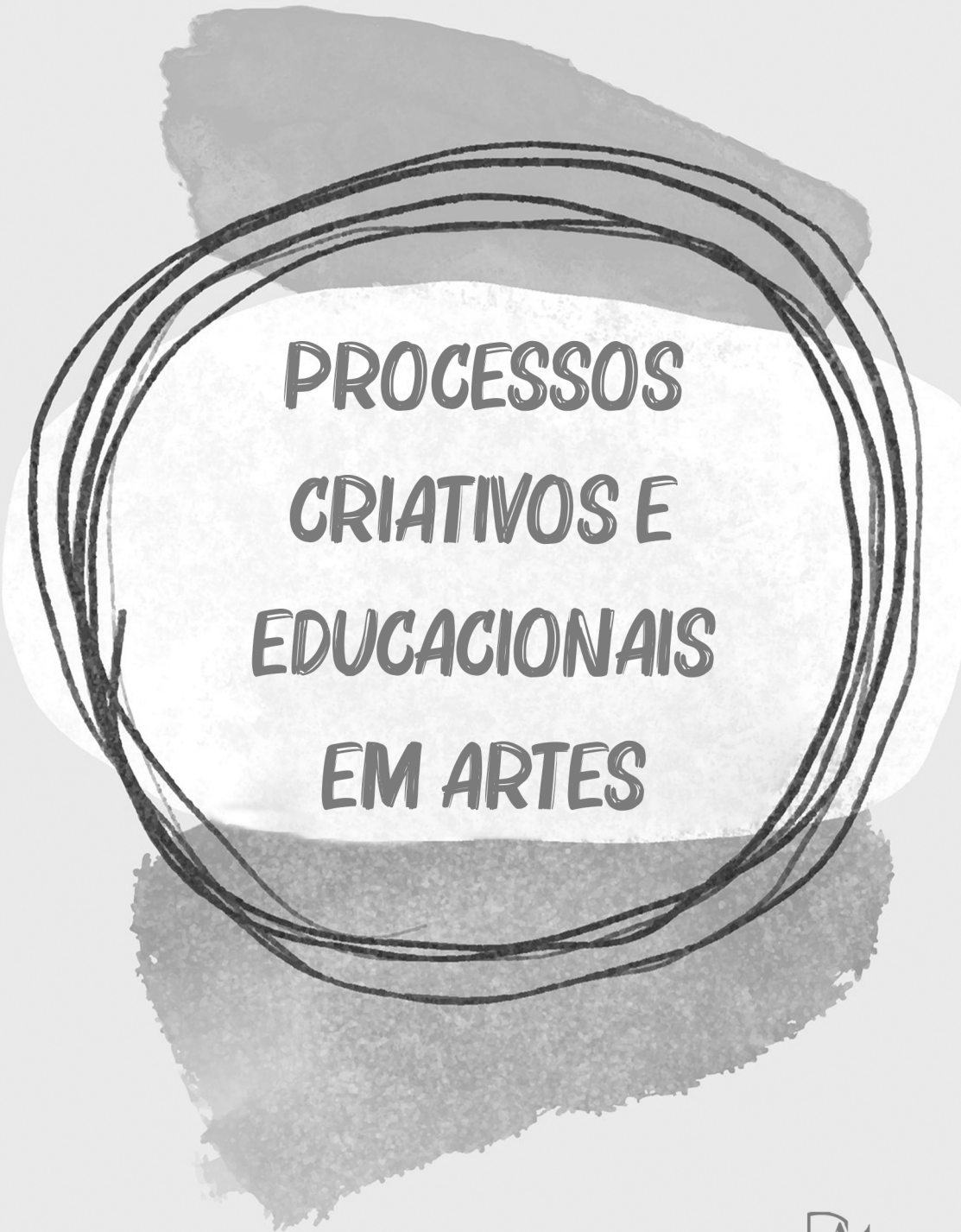


Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



**PROCESSOS
CRIATIVOS E
EDUCACIONAIS
EM ARTES**

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



**PROCESSOS
CRIATIVOS E
EDUCACIONAIS
EM ARTES**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliariari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos criativos e educacionais em artes

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos criativos e educacionais em artes / Organizador
Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-640-9

DOI 10.22533/at.ed.409200212

1. Artes. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 700

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A coleção “Processos Criativos e Educacionais em Artes” se caracteriza como uma coletânea de textos variados que tem em comum a arte, quer seja encarada como processo subjetivo no ato da criação, quer seja o objetivo final ou o meio pelo qual se conduz o aprendizado.

Para tal reunimos textos de autores nacionais e internacionais com a finalidade de iluminar os leitores com variadas visões dos processos artísticos, envolvendo a criação, o aprendizado, a facilitação e o ensino.

Nos Capítulos 1 a 5 temos a evidencia do processo criativo onde os autores se debruçam sobre a arte localizando-a entre a verdade e a ficção, e ainda pela produção de esculturas de pedra a partir de moldes 3D, pelo grafite, pela performatização do corpo na experiência de gordência e pela preservação do acervo de uma artista plástica.

Os Capítulos 6 a 8 tratam-se do processo formativo em arte, partindo das experiências da Educação Infantil, do uso da poesia no processo fotográfico e do uso de HQs como estímulos para o ensino do desenho.

Ainda nos processos educativos e da apropriação benéfica da arte para o aprendizado, temos nos Capítulos 9 e 10 os benefícios das Artes Visuais e da Música na situação de ensino de crianças com o Transtorno de Espectro do Autismo (TEA).

E finalizando a coletânea temos a discussão legal da criação do Curso de Música e as principais tendências metodológicas nas pesquisas de Pós-Graduação em Artes.

Espero que apreciem a leitura e que esta lhes abra o horizonte para novas articulações artísticas.

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FICÇÃO E VERDADE: UMA TRAJETÓRIA PELOS CAMINHOS DA ARTE	
Ezequiel Martins Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.4092002121	
CAPÍTULO 2	13
CREACIÓN DE ESCULTURAS MEDIANTE PETRIFICACIÓN, USANDO MOLDES IMPRESOS EN 3D COMO RECIPIENTES DE AGUAS CARBONATADAS	
Cecile Meier	
Francisco Viña	
Maria Isabel Sanchez Bonilla	
DOI 10.22533/at.ed.4092002122	
CAPÍTULO 3	30
O ARTIVISMO DO GRAFITEIRO BANSKY COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA A LEITURA DE IMAGENS POR MEIO DOS ESTUDOS VISUAIS	
Natasha Satiko Miamoto	
Annelise Nani Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4092002123	
CAPÍTULO 4	45
GORDÊNIA: CRIANDO CONCEITO ESCORREGADIO DO CORPO AO PRAZER	
Mariana Ramos Soüb de Seixas Brites	
DOI 10.22533/at.ed.4092002124	
CAPÍTULO 5	50
O ACERVO ICONOGRÁFICO LYGIA SAMPAIO – MRA E AS POTENCIALIDADES DE PRESERVAÇÃO DE FONTES DA HISTÓRIA DA ARTE MODERNA BAIANA	
Amanda da Silva Borges	
Cristiano Silva Cardoso	
Joanna Valéria Lima Rego	
Willivan do Carmo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4092002125	
CAPÍTULO 6	62
ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	
Alessandra da Silva	
Isabel Rodrigues de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4092002126	
CAPÍTULO 7	74
COMPOSTO POÉTICO: UMA PRÁTICA DA POESIA À FOTOGRAFIA	
Edgard Mesquita de Oliva Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4092002127	

CAPÍTULO 8.....	88
DONALD NA MATEMAGICALÂNDIA: O USO DA H.Q. NA DISCIPLINA DE DESENHO	
José Rodolfo Ribeiro Tavares	
Carina Ribeiro Parreira	
Priscila Ferreira Bento de Abreu	
Evelin Valerio da Silva	
Isabel Barros Fiaux dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4092002128	
CAPÍTULO 9.....	103
O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ARTES COM ALUNOS AUTISTAS	
Taele Pinheiro da Silva de Miranda Peçanha	
DOI 10.22533/at.ed.4092002129	
CAPÍTULO 10.....	115
O DIFERENCIAL MUSICAL DOS INSTRUMENTOS DE SOPRO EM MUSICOTERAPIA: UM ESTUDO DE CASO	
Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.40920021210	
CAPÍTULO 11.....	122
CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: HORIZONTES MUSICAIS E LEGAIS	
Juniel Pereira da Silva	
Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti	
DOI 10.22533/at.ed.40920021211	
CAPÍTULO 12.....	132
EDUCACIÓN ARTÍSTICA PLÁSTICA Y VISUAL: TENDENCIAS INVESTIGATIVAS DE POSGRADOS EN COLOMBIA 2014-2018	
Germán Rojas-Gámez	
DOI 10.22533/at.ed.40920021212	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	147
ÍNDICE REMISSIVO.....	148

CAPÍTULO 11

CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: HORIZONTES MÚSICAIS E LEGAIS

Data de aceite: 01/12/2020

Data da submissão: 04/09/2020

Juniel Pereira da Silva

Universidade Federal do Piauí –UFPI
Teresina -PI
<http://lattes.cnpq.br/5614998530881782>

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina - PI
<http://lattes.cnpq.br/1728209127429787>

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir acerca da criação do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O corpus documental é constituído por Projeto Político-pedagógico dos cursos de Educação Artística e Música, resoluções, aportes legais, atas. Esses documentos são articulados com entrevista com um dos professores atuantes no processo de constituição da formação específica em música. Nesta perspectiva, investe-se na compreensão dos elementos que deram embasamento à gênese do Curso de Licenciatura em Música da UFPI. Destaca-se os aportes musicais e legais presentes no processo de constituição do primeiro curso superior de Música do Piauí. A fundamentação teórica baseia-se nas ideias de Fonterrada (2007) e (2008), Penna (2012) e Monti (2015) no que se refere à função e legislação musical, Le Goff (2008), Ferro, Nascimento e Souza (2009) no direcionamento da história oral. Com o resultado

do avanço na legislação brasileira, e que, aliada aos anseios de docentes e corpo administrativo, é possível identificar o desmembramento do Curso de Educação Artística possibilita culminando na criação do Curso de Licenciatura em Música da UFPI.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Música, Criação, Legislação.

CREATION OF THE LICENSING COURSE IN MUSIC AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ: MUSICAL AND LEGAL HORIZONS

ABSTRACT: This study aims to reflect on the creation of the Music Degree course at the Federal University of Piauí (UFPI). The documentary corpus consists of the Political-Pedagogical Project of the Artistic and Music Education courses, resolutions, legal contributions, minutes. These documents are articulated with an interview with one of the professors active in the process of constituting specific music training. In this perspective, it is invested in the understanding of the elements that supported the genesis of the UFPI Music Degree Course. Noteworthy are the musical and legal contributions present in the process of setting up the first university course in Music in Piauí. The theoretical basis is based on the ideas of Fonterrada (2007) and (2008), Penna (2012) and Monti (2015) with regard to musical function and legislation, Le Goff (2008), Ferro, Nascimento and Souza (2009) in the direction of oral history. With the result of advances in Brazilian legislation, which, combined with the desires of teachers and administrative staff, it is possible to identify the breakdown of the Artistic

Education Course, culminating in the creation of the Music Degree Course at UFPI.

KEYWORDS: Music Course, Creation, Legislation.

INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a criação do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí, considerando o período de transição do curso de Educação Artística- Habilitação em Música (2008) até o início do funcionamento da primeira turma de Licenciatura em Música (2011) na UFPI. Esse recorte histórico é uma parte singular da História da Educação Musical Piauiense e realça a inclusão da Música no ensino superior com uma formação específico para professores.

Dessa forma, a presente pesquisa, articula a discussão dos projetos pedagógicos das formações em Educação Artística e de Música, coloca em evidência os atores participantes da transição e criação do novo curso.

Desse modo, buscamos aprofundar a questão abordada no trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Música na UFPI. O supracitado trabalho discutiu acerca da “Educação Musical Teresinense: desafios e perspectivas a partir da prática pedagógica dos professores de Artes”. Por meio da pesquisa verificou-se dificuldades encontradas na prática pedagógica dos professores da rede pública municipal, tais como: a falta de inclusão dos conteúdos de música nos projetos político pedagógicos, e conseqüentemente a falta de segurança no ensino de assuntos relacionados à educação musical, a superação da ideia de que a música é somente entretenimento, configuram-se como questões que estão relacionadas a um processo de formação, aqui no caso, de Educação Artística com habilitação em Música (curso que antecedeu o de Licenciatura em Música da UFPI).

Esse trabalho pode ser entendido também como um complemento ao que Ferreira Filho (2009) iniciou em sua dissertação de mestrado: a “História e memória da Educação Musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade”. A pesquisa, dentre outros assuntos, aborda aspectos da educação musical no Piauí, partindo dos primeiros processos de ensino de música até chegar ao ensino na universidade por meio de Licenciatura Curta em Música. A investigação é concluída no período em que inicia as discussões acerca da transição do curso de Licenciatura em Educação Artística/ com Habilitação em Música para o de Licenciatura em Música.

A construção dos cursos de Licenciatura em áreas específicas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro perpassam discussões históricas que demonstram a relevância de tais conhecimentos aprofundados com uma abordagem específica. Até se chegar a formação de Licenciatura em Música na UFPI, consideráveis acontecimentos históricos se deram, e entendemos que tal período possuiu

características ímpares para compreensão do desenrolar do processo de implantação do referido ensino. Ciente da importância desse período histórico e do que propomos nesse capítulo, faz-se necessário destacar a questão norteadora desta pesquisa, qual seja: como se deu a criação do Curso Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí (UFPI)?

O ensino de Educação Artística/ Habilitação em Música no Piauí que teve início na década de 70 chega ao século XXI marcado por mudanças no cenário educacional musical brasileiro, e como exemplo, temos a aprovação da lei 11.769/2008 que institui música como um conteúdo obrigatório da disciplina Artes, e com isso o campo educacional musical no Brasil ganha maior sentido. Em Teresina não foi diferente e acontece uma grande procura por formação em tal área. Nessa direção, visamos delimitar a presente pesquisa tendo como análise fatores que desencadearam e elementos que contribuirão na criação do Curso Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí.

Esta pesquisa tem como fundamento os princípios da Nova História, conhecida ainda como Escola de Annales ou simplesmente Nova História Cultural, e sobre essa abordagem histórica, Le Goff (1998, p.28), afirma que ela:

Ampliou o campo do documento histórico. [...] substituiu a história de Langlois e Seignobos fundada essencialmente no texto, no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc.

A ampliação na aceitação de múltiplos documentos que marcam a Nova História Cultural encontra justificativa na sua principal característica: a interdisciplinaridade, uma vez que provém de estudos advindos da economia, geografia, antropologia, sociologia etc. (FERREIRA FILHO, 2009).

Neste capítulo propomos uma pesquisa que investigue o ensino de música considerando o período da criação do curso de licenciatura em Artes até a conclusão das primeiras turmas de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Para alcançar os objetivos propostos, faremos uso de fontes documentais, isso se justifica pelo fato de serem “úteis em pesquisas históricas” (PENNA, 2015, p. 115). Também pelo fato de tais fontes apresentarem-se como indispensáveis aos estudos de natureza histórica sobre ensino musical (idem, ibidem). Neste caso serão considerados Projeto Político-pedagógico dos cursos de Educação Artística e Música, resoluções, aportes legais, atas etc.

Faz-se necessário acrescentar a essa investigação as fontes orais. Ferro, Nascimento e Sousa (2009, p.81), afirmam que a metodologia da história oral “representa uma das formas como o sujeito se compreende, como analisa sua

imagem e como almeja ser reconhecido por outras pessoas”, e que “no trabalho com histórias de vida, o pesquisador produz uma construção, considerada “confiável” e segura”. Nessa direção, será utilizada entrevista com o professor Cássio Henrique Ribeiro Martins, professor que participou do momento de transição do curso de Educação Artística para o de Música, e atualmente é professor da Licenciatura em Música da UFPI. Severino (2007) ressalta que o uso da entrevista é uma técnica de coleta de dados considerável e que se origina de uma interação conjunta entre dois atores sociais: pesquisador e pesquisado.

Dessa forma, construímos essa pesquisa por meio da articulação das informações obtidas por esses instrumentos e procedimentos que se complementam, a fim de chegar ao final da investigação cumprindo os objetivos propostos.

Em cumprimento ao que propomos, esse capítulo organiza-se da seguinte maneira: inicialmente abordaremos os horizontes musicais e legais da música e seu ensino; em seguida, analisamos as diretrizes educacionais de implantação do curso; e por fim, contrastamos os objetivos da proposta de ensino da Licenciatura em Música com a de educação Artística para compreensão de rupturas e avanços que ocorreram. Utilizamos no corpo do trabalho entrevista realizada com um docente que participou ativamente do processo de transição da formação aqui referida.

HORIZONTES MUSICAIS E LEGAIS

A música configura-se como nossa mais antiga forma de expressão, mais antiga inclusive que a linguagem (PENNA, 2012). É uma arte capaz de despertar diversas sensações no ser humano. E sobre esse viés Snyder (2008) diz que a música é feita para ser bela e para proporcionar experiências de beleza, e que essa existe para dar alegria, alegria estética, e que diferente dos prazeres habituais, constitui-se um dos aspectos da alegria cultural. Monti (2015) vai além e acredita na capacidade da música de fomentar valores que vão além dos estéticos. O mesmo pensa na música, vista como linguagem e discurso cultural, como uma importante ferramenta capaz de gerar a construção da vida moral na medida em que desenvolve a inteligência e a afetividade ao mesmo tempo.

Em concordância com Fonterrada (2007) no que se refere à função da música na atualidade, acreditamos que essa deva abrir espaço para que todos desfrutem do fazer musical e da apreciação legítima e profunda da música e utilize-a como fonte de desenvolvimento e crescimento, atuando ainda contra qualquer forma de exclusão. Em um contexto educacional configura-se como um conhecimento que deve atuar no favorecimento da expressão e comunicação humana, e é um de canal de revigoração da sensibilidade do indivíduo.

O ensino superior na UFPI inicia-se a partir da lei n. 5.692/71- Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que criou a Licenciatura em Educação Artística. “A partir dessa lei Foram criados cursos de educação Artística em diversas universidades e muitos dos antigos cursos de bacharelado em Artes transformados em licenciaturas” (PPP ARTES, 1996). Na UFPI, a criação se deu em 1977 pela Resolução nº. 01/77 CONSUN, onde se instituiu a Educação Artística CCE/UFPI¹.

Fonterrada (2008) considera que a lei n.5692/71 causou uma grande reviravolta, e que desde a sua promulgação o ensino de música vem passando por inúmeras vicissitudes, e perdendo espaço na escola. Essa lei extinguiu a disciplina Educação Musical no sistema educacional brasileiro, substituindo-a pela atividade de Educação Artística.

Para o ensino de música, essa lei causou sérios danos, e podemos constatar através da fala de Ferreira Filho (2009, p.69):

Muito embora trouxesse uma ementa que, em princípio, poderia vir a proporcionar algum conhecimento estético relevante ao educando, a nova disciplina, em diversos aspectos, foi um fracasso. Os antigos professores de Música foram obrigados a fazer cursos de atualização a fim de serem “capacitados” para trabalhar com as outras áreas artísticas. Essa concepção completamente equivocada de que seria possível formar professores polivalentes para o ensino da Arte – ou seja, professores que conseguissem, ao mesmo tempo, ensinar Música, Artes Plásticas, Teatro, Desenho e Dança –, ocasionou, primeiramente, a criação de cursos integrados para a formação de professores¹⁴, e, pouco tempo depois, a instauração das Licenciaturas Plenas em Educação Artística, cursos de graduação que teriam a missão de formar esses profissionais para o mercado de trabalho.

Com princípios que dão maior importância ao processo que o produto, que valorizam a sensibilização e improvisação, rejeitando o ensino de regras de conduta, o professor de Educação Artística deveria ter uma formação polivalente, isto é, dominar quatro áreas de expressões artísticas- Música, Teatro, Artes Plásticas e Desenho substituído mais tarde pela Dança (FONTEERRADA, 2008).

Mudanças na estrutura conceitual do ensino brasileiro são observadas somente a partir da promulgação da nova LDB, lei 9.394/96. Essa lei mantinha a obrigatoriedade do ensino de Artes, no entanto, não demonstra incentivo a polivalência por parte dos professores, ao contrário, valoriza a figura do professor especialista para as áreas de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (FERREIRA FILHO, 2009).

Considerando a dinamicidade da educação brasileira, visto que perpassa por constantes mudanças nas últimas décadas, dentro de um contexto específico destacamos a realidade do ensino musical que visivelmente acompanha tais

¹ Projeto Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Artística com Habilitação: Desenho, Artes Plásticas e Música, UFPI 2006.

mudanças, podendo ser observadas especialmente em relação à criação da lei 11.769/ 2008.

Embora a formação e a prática musical sejam presentes em vários ambientes sociais, é inegável que a LDB e a lei 11.769/ 2008 vieram reforçar a importância do conteúdo de música na formação dos estudantes tendo em vista seu significado histórico, científico e cultural.

A supracitada lei 11.769/2008 altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica. Para tanto, acrescenta ao art. 26 da LDB, que trata da base nacional comum e da parte diversificada do currículo da Educação Básica, o § 6º, estabelecendo a Música como “conteúdo obrigatório, mas não exclusivo”, do componente curricular Arte, tratado no § 2º desse mesmo artigo.

A busca pela valorização do ensino de música é importante e a ela juntam-se fatores positivos reforçados pela colocação de Sobreira (2012) que afirma que a disciplina escolar Música não existiu apenas após a entrada da Lei nº 11.769/2008, pois, embora em certos momentos “enfraquecida”, ela sempre esteve presente em algumas instituições. Entretanto frisa que a busca através da lei 11.769/2008 é fazer da música um componente curricular específico, com espaço e tempo delimitado, bem como a disputa em torno daquilo que deva ser validado para o ensino de Música.

No entanto, mesmo com a aprovação da lei mencionada anteriormente, algumas dúvidas ainda perduram sobre o ensino de música. Tais esclarecimentos sobre a forma de como incluir os conhecimentos musicais no cotidiano do aluno encontram-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse documento tem a finalidade de sistematizar o ensino em todo o país, independente das diferenças regionais. Dentre os PCN elaborados, encontram-se os destinados a fornecer orientações didáticas, objetivos e critérios para seleção e avaliação dos conteúdos para o ensino da Arte.

O documento apresenta a intenção de ampliar e aprofundar uma discussão sobre o ensino brasileiro, que possa envolver tanto escolas, pais, governos quanto sociedade e que possa possibilitar uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro. A concepção de Educação Musical defendida pelos PCNS é aquela “que parta do conhecimento e das experiências que o jovem traz de seu cotidiano, de seu meio sociocultural e que saiba contribuir para a humanização de seus alunos” (BRASIL, 1998. p. 79).

O projeto político de criação da Licenciatura em Música aponta algumas razões para o início do curso, dentre elas o fato da estrutura curricular já não mais atender as necessidades do mercado de trabalho nem as exigências legais prescritas na LDB (9.394/1996); o aprofundamento do processo de formação do Músico e do professor de Música, tendo em vista a diversidade musical da cidade,

configurando-se como uma importante ruptura.

CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA

No Piauí, o estudo da Música no ensino superior inicia-se a partir do curso de Educação Artística no ano de 1977 pela resolução nº1 01/77 CCE/UFPI² e ela se configurava como uma habilidade da referida instrução (SILVA, 2020). Ferreira Filho (2009) atribui o surgimento do ensino de Música na UFPI a uma motivação pessoal de Emílio José Terraza, argentino nascido na cidade de Baia Blanka, um dos professores do CEPI (Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares), com bastante conhecimento e experiência na área de regência e organização curricular.

No cenário teresinense, umas das mudanças observadas no sentido de superação do ensino de Artes como disciplina polivalente é a criação do curso de Licenciatura em Música instituindo-a como área de conhecimento específico no ano de 2008. Segundo o Projeto Político Pedagógico, sua constituição “tem como meta principal eliminar a dicotomia existente entre a nomenclatura curricular atual (Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em Música)” como o que prescreve a LDB 9394/96.

Dentre os alicerces que sustentavam a gênese do Curso Licenciatura em Música encontram-se documentos como Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, PCN's para os Ensinos Fundamental e Médio, e documentos elaborados pelo Ministério da Educação, reforçavam a urgência na criação dessas novas diretrizes de ensino.

A criação do curso de Música na Universidade piauiense seguiu uma tendência nacional que após a lei 9.394/1996, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais, indicavam o fim da formação polivalente. As motivações para constituição da Licenciatura em Música da UFPI são relatadas pelo professor Cássio Henrique:

A ideia inicial era justamente criar um curso que fosse referência no estado que fosse um curso com a proposta inovadora e que agregasse o que tinha já de melhor de outros cursos em execução no país, embora ainda em outras universidades existia a polivalência... Mas já tinham algumas pioneiras como a UNICAMP, a UFMG, a UFRJ, a própria Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde nós pegamos esses projetos pedagógicos e começamos a analisar como eles construíram, elaboraram esses projetos (MARTINS, 2017)

Esse período de transição foi marcado por um trabalho intenso por parte dos professores, pois estes foram os principais idealizados do projeto do curso. O docente entrevistado comenta que as reuniões eram semanais e “cada professor

2 PCC de Artes

ficava responsável de analisar alguma parte do projeto: da formação, das disciplinas específicas, da formação das disciplinas pedagógicas, do perfil do aluno e assim por diante” (MARTINS, 2017).

Dentre várias mudanças, desde matrizes curriculares, mudança na nomenclatura de disciplinas, carga horária e constantes reformulações no projeto, a primeira turma da formação da Licenciatura em Música iniciou em julho de 2010 após a aprovação dos órgãos competentes.

O professor aponta que “o perfil do curso era formar professores que pudessem ensinar além da música, os seus instrumentos, divididos entre uma parte licenciatura em instrumento e outra parte, licenciatura em Música” (MARTINS, 2017).

Um processo de criação geralmente é marcado por questões desafiadoras, na formação do curso de Música da UFPI não foi diferente. O professor entrevistado reconhece que a gênese da licenciatura enfrentou muitas dificuldades e que o que se desejava no projeto inicial somente hoje é que se aproxima ao que era proposto:

Olha só esse ano nós estamos começando a adquirir as aquisições e os instrumentos musicais. Então assim, o projeto você sonha muito e coloca muita coisa no papel, mas muitas delas não são realizadas, por questão política, por questão econômica. Para você vê, no ano de crise nós estamos conseguindo comprar dezenas e dezenas de instrumentos (risos) e na época da fatura, onde a universidade triplicou de tamanho em infraestrutura, nunca tivemos uma infraestrutura adequada na época que começamos e olha que estava em construção tudo aí, a universidade inteira era um canteiro de obra (MARTINS, 2017).

Compreendemos que o ensino de Música por meio do curso de Educação Artística foi um passo considerável até que se chegasse à consolidação da Licenciatura em Música na Universidade Federal do Piauí. E que este, cumpre um importante papel na História da Educação Musical teresinense, visto que se configura como o primeiro em nível superior formador de professores e desta forma faz-se necessário o conhecimento de tal caminho percorrido até se chegar à realidade musical que se tem em Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos documentos abordados, entrevista realizada e autores que participaram do diálogo, pudemos perceber como se deu o processo de construção da História do primeiro curso superior de Música do Piauí, perpassando caminhos percorridos, conhecendo atores envolvidos, ao tempo em que identificamos desafios presentes no direcionamento da criação do Curso.

A investigação possibilitou compreender que a origem do curso Licenciatura em Música da UFPI é parte de um processo histórico iniciado na década de 1970

a partir da criação do curso de Licenciatura em Educação Artística. A legislação educacional brasileira possibilitou avanços na efetivação do referido curso tendo como elementos de destaque o empenho dos professores na organização curricular, dentre outras atividades.

Com a simples pretensão de iniciar as discussões acerca da História do curso de Música, esta pesquisa pode contribuir no resgate de elementos históricos que nos permitem compreender o processo de implantação do Curso de Música. Pudemos notar a relevância que esse período histórico apresenta na consolidação do ensino de Música no ensino superior piauiense, e que mesmo consistindo em um curto espaço, ainda existem informações consideráveis a ser apresentadas e questionadas.

Reconhecemos que ainda existem muitos fatores a serem explorados nessa temática, tais como: atas de reuniões de construção do projeto político do curso, atas de reuniões de departamentos, assim como entrevistas dos demais professores envolvidos nesse processo e que tais fatos e documentos são relevantes nesse processo de busca da História da construção do curso.

No entanto, este estudo colabora na produção do conhecimento na área de história e memória da educação musical piauiense e pode contribuir com a formação teórica, técnica e científica dos educandos e profissionais da área de música; e por fim, instigar outros pesquisadores a desenvolverem estudos na área da história da música.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Joaquim Severino. Metodologia do trabalho científico. -23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC / SEF, 1998. 116 p

DEL-BEM, Luciana. **(Para) Pensar a pesquisa em educação musical**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.24, p. 25-33, set 2010.

FERREIRA FILHO, J. V. **História e Memória da Educação Musical no Piauí: das primeiras iniciativas à Universidade**. 2009 (Dissertação de Mestrado).

FERRO, M. A. B; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa (Org.); SOUSA, L.L. (Org.). **História da Educação: Novos Olhares, Velhas Questões**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2009. v. 1. 220p.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. -2.ed.-São Paulo: editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **Diálogo interáreas: o papel da educação musical na atualidade**. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 18, 27-33, out. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, Cássio Henrique. **Depoimento**. Entrevistador: Juniel Pereira da Silva. Teresina. Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI. 2017.

MONTI, E. M. G. **Educação musical e uma nova hierarquia de valores no contexto da pós-modernidade**. Eccos Revista Científica (Online), v. 34, p. 215-228, 2014.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música**. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

PENNA, Maura. **Músicas e seu ensino**. 2.ed. ver. e ampl. - Porto Alegre: Sulina, 2012.

PENNA, M. **Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa**. Revista da ABEM, Porto Alegre, n. 7, p. 7-19, set 2002.

SILVA, Juniel Pereira da. Casa de Sons – Escola de Música de Teresina (1981-1991): sujeitos e práticas educativas entre salas e palcos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Piauí. 2020.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** Tradução de Maria José do Amaral Ferreira: prefácio à edição brasileira de Maria Felisminda de Rezende e Fusari – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

SOBREIRA, Silvia. **A disciplinarização do ensino de música**.-II SIMPOM. In: II SIMPOM, 2012, Rio de Janeiro. Anais do II Simpósio de pós-graduação em música, p. 585-593. 2012.

SWANWICK, Keith **Ensinando Música Musicalmente**. Trad. Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo, Moderna, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 22, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 92, 99, 101, 103, 105, 106, 109, 110, 112, 113, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147

Arte educação 31, 32, 65, 105

Artes visuais 51, 69, 102, 104, 111, 123, 126, 133

Autismo 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120

Autobiografia 45

C

Composto poético 74, 75, 76, 77, 80, 85, 86

Criação 1, 2, 4, 45, 47, 48, 49, 53, 68, 71, 75, 76, 77, 82, 95, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130

Criatividade 43, 67, 91, 101

Cultura 3, 8, 30, 31, 40, 42, 43, 50, 52, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 67, 70, 71, 72, 102, 135, 140, 141, 144, 146, 147

Curso de música 122, 130

Cursos de pós-graduação 132, 133

D

Desenho geométrico 66, 88, 100, 102

Desenvolvimento 51, 52, 65, 66, 70, 72, 75, 86, 90, 95, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 121, 125, 147

E

Educação 1, 10, 30, 31, 32, 33, 43, 44, 51, 52, 53, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 89, 91, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 147

Educação artística 65, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133

Educação infantil 62, 63, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 128

Ensino 30, 31, 32, 33, 42, 43, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 147

Escultura 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 64

F

Ficção 1, 2, 7, 8, 10, 11, 12

Fotografia 31, 37, 55, 59, 66, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 87

Fotografia de estúdio 74, 77

G

Geometria descritiva 88

Gordência 45, 46, 47, 48

H

História em quadrinhos 88, 92, 98, 101, 102

I

Imagem 1, 2, 5, 6, 31, 32, 33, 43, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 125

Inclusão 103, 110, 112, 113, 114, 118, 123

Infância 62, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 115

Instrumentos de sopro 115, 116, 119, 120

L

Legislação 122, 130

M

Memória 45, 50, 52, 54, 55, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 86, 123, 130

Moldes 3D 13, 21, 22

Museu 41, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 102, 109, 113

Música 55, 69, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 99, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Musicoterapia 115, 116, 120, 121

P

Palavra 1, 2, 7, 8, 35, 45, 46, 47, 48, 75, 78, 79, 92

Performance 28, 45, 48

Poesia 46, 56, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 85, 86, 87

Processo criativo 30, 31, 32, 33, 37, 42, 74, 75, 86

Processos fotográficos 74

R

Registro 2, 11, 45, 50, 56, 57, 58, 59, 81, 134

S

Sociologia 62, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 124

T

Tendências de pesquisa 133

Transtorno do espectro do autismo (TEA) 116

V

Verdade 1, 2, 3, 7, 8, 11, 12, 35, 47


PROCESSOS CRIATIVOS E EDUCACIONAIS EM ARTES

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



PROCESSOS CRIATIVOS E EDUCACIONAIS EM ARTES

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 